

FORMAÇÃO E CULTURA DE UM POVO INDÍGENA: O CASO DOS KARIRI-XOCÓ

Ruy Rodrigues Câmara Neto

Mestre pela Universidade Federal da Paraíba, (ruy_camara@hotmail.com)

Alessandra Gomes Brandão

Docente da Universidade Estadual da Paraíba; (alessandra.gomes.brandao@gmail.com)

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa sobre o povo Kariri-Xocó, uma comunidade indígena localizada no município de Porto Real do Colégio, no Estado de Alagoas. Neste artigo, apresentamos o contexto histórico e social do surgimento desse povo e resgate da tradicional Kariri-Xocó, uma vez que resgatar a história das comunidades nativas de nossa região é importante não somente para fazer justiça a luta e resistência do povo indígena, mas também que tais registros possam ser utilizados em espaços educacionais para que a história e cultura nativa não se perca da memória de nosso povo.

Palavras-chave: Kariri-xocó; cultura indígena; povo indígena

A comunidade Kariri-Xocó: junção de duas etnias

A comunidade Kariri-Xocó está localizada no município alagoano de Porto Real do Colégio, na região denominada de baixo São Francisco, situada às margens do rio São Francisco, tendo do outro lado, a cidade sergipana de Propriá. Esse povo é o resultado de várias fusões entre povos nativos, a partir dos processos de aldeamento e catequese missionária no nordeste brasileiro.

Porém, o nome desse povo identifica, especificamente, a última grande fusão, ocorrida há mais de um século entre os povos Kariri e os Xocó. Os primeiros, segundo Martins (2003, p.98) são oriundos de um aldeamento missionário ocorrido entre o final do século XVII e início do XVIII, já decorrente de uma junção entre diferentes etnias. De acordo com Vera Lúcia da Mata (2014), o aldeamento era de Inacianos (como eram chamados os membros da Companhia de Jesus ligados a Santo Inácio) e envolviam nativos como os Carapotós, Cariris,

Aconâns e Praquiôs (Mata,1989, p.25). Os segundos, de outro aldeamento jesuítico, no Estado de Sergipe, chegaram a Porto Real do Colégio, depois da tomada de suas terras em Porto da Folha- no outro lado Rio do São Francisco.

A chegada dos Kariri em terra alagoana, segundo pajé Júlio Queiroz Suíra (2015) aconteceu quando seus primeiros membros vieram da Bahia. Porém, ele não tem conhecimento de qual região específica (possivelmente nessa época nem houvesse divisão dos estados). No entanto, o pajé nos relata que se tratava de uma grande nação que transitava da Bahia ao Maranhão, ocupando boa parte do território do Nordeste Brasileiro. Os Kariri ocupavam os atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, indo do rio Paraguaçu na Bahia, tendo o rio São Francisco como limite ocidental indo até o rio Itapicuru no Maranhão (INSTITUTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1922).

Há registros de que o povo Kariri tinha grande mobilidade. Por esta razão, seus domínios se revelam tão vastos. Na historiografia nacional, os mesmos ficaram conhecidos como Cariris Velhos. – Planalto da Borborema – e Cariris Novos – os que ocupavam os vales férteis e que deram origem a várias cidades nordestinas. (MATA, 2014: 39). A fusão do povo Xocó - que habitava o lado sergipano do Rio - com os Kariri - que habitavam as terras alagoanas - aconteceu no segundo quarto do Século XIX, quando os primeiros foram expulsos da Ilha fluvial de São Pedro, em Porto da Folha no estado de Sergipe Segundo Mata (2014), isso aconteceu, “quando suas terras, depois de decretada a extinção das aldeias (1855), são violentamente ocupadas pela família do coronel João Fernandes de Brito, depois de postas em aforamento em 1888 (MATA 1989, p.25 e 37).

Os Xocó ou Ciocós foram expulsos de suas terras, em consequência da política fundiária do império, o que nos mostra que a reunião do grupo Kariri-Xocó é o resultado de sucessões de compulsões históricas, decorrentes do processo de colonização do Baixo São Francisco (Nascimento e Ramos, 2002, p.24). Sem ter moradia, os Xocó foram recebidos do outro lado do rio São Francisco, pelo grupo dos Kariri.

A expulsão dos índios Xocó de suas terras, em Porto de Folha, se deu de forma arbitrária. Tal foi o desrespeito com a condição dos indígenas, logo foram declarados “inexistentes”. Mesmo após repetidas idas ao Rio de Janeiro, em busca de seus direitos, suas terras foram divididas em oito fazendas, no ano de 1882, e a Câmara Municipal de Porto de

Folha concluiu o processo de aforação, em 1888, deixando todo o povo do aldeamento que eram na maioria Xocó, sem moradia, como nos relata a antropólogo José Maurício Arruti.

O território dos Kariri (agora Kariri-Xocó) foi concedido pelo então governador de Pernambuco Sebastião de Castro Caldas, em 1º de janeiro de 1708 (Silva, 2003, p.3), com a finalidade de servir à catequese missionária. Porém, como salienta o mesmo pesquisador, por estratégia política, esse território fora doado aos índios e não aos missionários responsáveis.

Esta especificação, contudo, já estava prevista na lei de 4 de junho de 1703, em caso de doação das terras para aldeamento indígena, a área, uma légua em quadra para cada aldeia, deveria ser entregue à comunidade a ser cristianizada, cabendo aos missionários a administração, ou seja, as terras missioneiras pertenciam aos índios aldeados, os ACONANS, CARIRIS, CARAPOTÓS, CECOSES E PRAKIÓ (PINTO, 1935). , e não aos missionários. Ao agir deste modo, o Governador de Pernambuco também cumpria o alvará Real de 23 de novembro de 1700, que determinava que “a cada missão se dê uma légua em quadra para sustentação dos índios e missionários” (BIBLIOTECA NACIONAL, DOCUMENTOS HISTÓRICOS. V. LXIV, p. 67).

Isso, ao mesmo tempo que facilitou a tomada das terras após a conclusão da missão (não existência de índios), veio a facilitar a retomada destas terras , quando os membros buscaram comprovar sua identidade Kariri. Entretanto, como afirma Silva (2003, p.3), e também levantado em entrevistas aos líderes da aldeia por esta pesquisa, os Kariri-Xocó acreditam que a origem de suas terras foi fruto de doação realizada diretamente pelo próprio imperador D. Pedro II, quando de sua visita à cachoeira de Paulo Afonso – ocasião em que foi recebido pelos seus membros, reiterando assim o relato dos líderes do grupamento indígena na atualidade. Para eles, a doação das terras pelo Governador fora baseada na vontade do então Imperador.

Na época, foram doadas duas léguas de terras para os aldeamentos de porto Real do Colégio e de São Braz (uma légua para cada), que fica a duas léguas acima da cidade de Porto Real do Colégio. Segundo Pereira da Costa (1952), as duas léguas iriam “do meio da serra da Marabá para a serra de Apreaca, entre as terras que foram dos herdeiros de Belchior Alves Camelo, passa a parte do rio Utiúba por ele abaixo, para a parte do São Francisco e pela parte do sertão com data de Damião Rocha” (COSTA, 1952, apud DUARTE, 1966, p. 175-176).

No entanto, com o advento da expulsão dos Jesuítas, em 1759, as terras foram, em hasta pública, arrematadas de acordo com o auto de arrematação de seis fazendas de gado, passando para o controle do Estado, que instituiu uma administração leiga, feita por um padre, ou um missionário de várias ordens religiosas. (MATA, 2014: 52).

Contudo, há relatos dos membros que mesmo com essa arrematação ainda havia terra dos kariri. Esses relatos se apoiam numa possível doação de terra feita diretamente pelo Imperador numa passagem por Porto Real do Colégio.

Apesar da visita de D. Pedro II - inclusive relatada a nós pelo Pajé Júlio Suíra durante essa pesquisa - ter se mantido como uma informação controversa em alguns trabalhos consultados. Mata (2014) nos oferece uma comprovação escrita do próprio punho do Imperador, descrevendo essa passagem em um diário de viagem, em 1859:

“16 de outubro de 1859. De Propriá fui ao Porto Real do Colégio, onde houve antiga igreja e convento dos jesuítas, que já não existem... Aparecem bastantes descendentes dos índios, de raça já bastante cruzada, trazendo alguns cocares de penas com seus arcos e flechas e jaqueta, atirando um deles por ordem minha duas flechas, da quais acertou uma, num mourão assaz largo e a pouca distância (PEDRO II, 1859, p. 111)”. (MATA, 2014: 77-78).

Após a retomada das terras doadas pelo então governador de Pernambuco, os Kariri-Xocó permaneceram sem território, de acordo com o pajé Júlio (SUIRA, 2015), até 1978, quando a Fazenda Sementeira foi invadida. Nesse período, residiram na cidade de Porto Real do Colégio, em uma área que ficou conhecida como “Rua dos Caboclos”. Nesse período, já havia a junção com os Xocós e agora “caboclos” vivenciariam um período difícil, possível de se perceber com os relatos dos seus membros.

Inclusive, percebemos uma certa indignação do Pajé ao tocar no termo caboclo, complementando: “era assim que eles chamavam agente que era índio”. Para nós, isso demonstra o preconceito que esses indígenas passavam nas circunvizinhanças e as marcas deixadas por ele. Como nos ajuda a entender Mata (2014):

O termo caboclo, que desde os tempos mais remotos até estudos antropológicos recentes revelou um caráter discriminador da sociedade colonizadora, passa a possuir uma característica evolucionista-assimilacionista. Se pensarmos o índio como etapa inicial do processo evolutivo, em seu estado selvagem, o caboclo seria um meio caminho entre índio que já não pode ser e o branco que não quer ou não conseguirá ser.

Produto da cultura ocidental é por ela condenado ao desaparecimento por “leis naturais”, já que não está “apto” a sobreviver numa sociedade civilizada. (MATA, 2014: 67).

De maneira semelhante ao relato do pajé Júlio, o mestre de cantos Pawanã (2016) nos disse em entrevista que “os índios Caboclos em colégio não eram nada, ninguém respeitava, se um de nós namorasse com uma branca os pais dela não deixavam, depois que nós se uniu e conseguimos nossa terra eles nos respeitam” (PAWANÃ, 2016, p. 03).

Registros de 1935, feitos pelo antropólogo Carlos Estevão de Oliveira, em visita Porto Real do Colégio, dão conta de que os remanescentes indígenas se encontravam em situação econômica que descreve como “a pior possível”. Segundo Mata (2014), o antropólogo acrescentou em seu registro que “sem que lhes valesse o direito de posse, viram pouco a pouco os “civilizados” tomarem-lhes as terras em que faziam lavoura” . (MATA, 2014: 120).

Como é possível perceber, os indígenas Kariri- Xocó sofreram a expropriação e a segregação ficando em uma situação delicada, tendo que se submeter a trabalhos alternativos, pois ficaram sem suas tradições de caça e pesca. Dessa forma, tornaram-se a população mais pobre de Colégio, nos seus casebres na Rua dos Caboclos, situada a 300 metros da praça principal da cidade. Conforme atesta da Mata (2014):

Viviam na rua dos índios, 166 pessoas que, segundo o mesmo relatório, tinham na cerâmica a principal ocupação. O documento registra que a população indígena habita em 67 choupanas, numa rua estreita, perpendicular ao rio.... A rua dos índios é descrita como formada por casas de taipa, com piso de terra batida e portas, janelas e cobertura feitas de palha de arroz trançada. Em 1960 havia 53 casas na referida rua. Em 1967, 85, descritas como “choupanas”, dando-se à sua precariedade. (MATA, 2014: 122).



Figura 8 - Rua dos caboclos em 2016.

Outra perda significativa dos Kariri, iniciada com a catequização e a expulsão das terras e convívio com outros membros de Porto Real de Colégio, diz respeito a sua língua. Contudo, ele ficou parcialmente preservada nos cantos que entoam, Muitos termos, palavras e expressões estão “salvas”, porém grande parte da língua se perdeu nos séculos de domínio, extermínio e perseguições.

Porém, o povo Kariri-Xocó entra em novo momento, a partir de novembro de 1978, com a organização dos então “caboclo” e a consequente retomada da fazenda Modelo ou Sementeira, que era administrada pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e considerada pelos Kariri-Xocó parte de seu território ancestral. Segundo o pajé Júlio (2015), essa foi uma grande conquista e um grande estímulo para a reafirmação da cultura e identidade Kariri-Xocó.

Desde então, foi registrado um importante crescimento do povo Kariri-Xocó. Segundo dados de Silva (2003), em 1944, o posto indígena registrava uma população indígena de 166 pessoas. Já em 1983, esse quantitativo passou para 1.050 índios. Em 2003, este autor registrou em sua pesquisa 2.500 pessoas na aldeia. Segundos dados apurados durante esta pesquisa, a partir de entrevistas com sua liderança, atualmente há 550 famílias, de várias etnias, com cerca de 3.500 aproximadamente.



Figura 9 - Pajé Júlio Queiroz Suíra e Ruy.

Novas conquistas e desafios do do povo Kariri-Xocó

A retomada da Fazenda Sementeira, ao passo que representa uma conquista histórica de seu território ancestral, inclusive com o crescimento de sua população, também mostrou

novos desafios em relação a economia desse povo. Um dos primeiros deles está relacionado a construção de suas habitações. A mata, segundo depoimento de Roberto Tkaynã (2016) não oferecia e ainda não oferece condições para retirada de material para construções de ocas, sendo necessário a construções das habitações com matéria de alvenaria. Não à toa, em boa parte desse período, manteve-se dentro da aldeia uma olaria, responsável por produzir material que eram tanto usado em suas construções, como fonte de renda, uma vez que eram vendidos seus excedentes.

Diferente do que foi registrado Silva (2003, p.9), não há mais a fabricação do tijolo batido, uma vez que as construções locais atualmente são feitas com o tijolo comercial de seis furos, e adquirido na própria cidade. Contudo, ali são produzidas painéis de barro, vendidos dentro e fora da aldeia, assim como outros artesanatos, que são vendidos a visitantes e nas feiras locais.

A agricultura de sobrevivência passou a ser uma das principais atividades econômica dos Kariri-Xocó, como já atestou Silva (2003, p.9). A diferença principal levantada por esta pesquisa em relação aos dados anteriores, está na diminuição das roças locais, o que dá lugar a busca de trabalho em atividades, inclusive agropecuárias, fora da aldeia. Em suas roças, as famílias indígenas plantam macaxeiras, feijão, milho e hortaliças para sua subsistência e venda dos excedentes nas feiras de Porto Real do Colégio. Esses trabalhos são realizados por cada família, podendo reunir famílias diferentes para trabalhos maiores.



Figura 10 - Horta plantada por Joselito Iraminon, indígena Kariri-Xocó.

Além disso, os Kariri-Xocó, homens e mulheres, produzem e vendem artesanatos à base de penas e madeira (colares, pulseiras, brincos, cachimbos, maracás). Os objetos são

expostos em eventos da região e em pequenas feiras, assim como nas apresentações realizadas para não índios que visitam a aldeia. Silva (2003, p.10) registrou em sua pesquisa, além das atividades relatadas, outras de caça e pesca, com destaque para a captura dos peixes tilápia, tambaqui e outros de pequeno porte, "Apesar de não serem práticas exclusivas do grupo indígena, estas duas atividades foram importantes para a reprodução do grupo, assim como a cerâmica, por dependerem menos de um acesso efetivo à terra." (MATA, 2014: 110).

Em nossas entrevistas com diversos membros da aldeia, nos foi relatada uma queda nas atividades de pesca, tendo em vista questões relativas à diminuição da vazante do rio. Contudo, foi possível registrar o uso dos barcos locais no transporte de pessoas de um lado a outro do rio – o que também tem gerado alguma renda para seus proprietários. Como nos falou em entrevista o índio Kariri-Xocó Salmã Ué, proprietário de uma pequena embarcação chamada Wykinã.



Figura 11 - Índio Salmã Ué e sua canoa.

A organização social dos Kariri-Xocó tem uma estrutura familiar bem parecida com a das populações rurais circunvizinhas. Muitas famílias com pai, mãe e filhos menores, assim como algumas unidades familiares com o pai ausente fisicamente. Contudo, é possível perceber o entendimento da autoridade na figura masculina, apesar de haver uma forte participação das mulheres na educação dos filhos.

Os casamentos entre os Kariri-Xocó são oficializados diante das autoridades legais e sacerdotes católicos, sendo reconhecidas, ainda, outras uniões como as estabelecidas por “morar junto”, existe apenas uma família de evangélicos em toda a comunidade, como nos informou José Tenório (Conselho tribal). Porém, nos últimos anos houve algumas mudanças em relação ao reconhecimento de um Kariri-Xocó. Como registrou Silva (2003, p.12), antes

era dada “cidadania”¹ aos não-índios, no casamento com um índio, desde que morasse na aldeia e cumprisse com as obrigações dos rituais. Mas já em 2003, os mais velhos aconselham o casamento endogâmico, assim como a proibição da participação do cônjuge não- índio no ritual do Ouricuri, o que nos indica uma interessante atitude de etnicidade.

Durante a realização desta pesquisa, identificamos maiores exigências para ser considerado Kariri-Xocó. Ou seja, mesmo um índio, no caso das outras etnias moradoras da aldeia, não tem direito à “cidadania” Kariri-Xocó. Segundo depoimento de José Rodrigues (2015), ser índio Kariri-Xocó significa ser filho da aldeia, ou seja, ser conhecedor do segredo do Ouricuri.

José Rodrigues (*idem*) relatou que ser índio Kariri significa conhecer o segredo do Ouricuri desde a primeira infância, pois pode haver alguns negros, loiros e uma parte com a aparência ameríndia que são Kariri, enquanto que existem pessoas com fenótipo ameríndio que não são considerados um Kariri. Índios de outras etnias, como os Fulni-ô, Pankararu, dentre outros, que são casados com um Kariri-Xocó e não são um Kariri, não participam dos rituais, nem das decisões do grupo indígena, principalmente do ritual do Ouricuri. Os filhos participam e o cônjuge, mas o descendente de outra etnia, casado com um Kariri, não pode participar.



Figura 12 - José Rodrigues, com sua esposa Geni de Aquino e sua filha Jamile.

O Artigo 3, seção I, do Estatuto do Índio, nos diz que ser índio é : “todos os indivíduos de origem pré-colombiana e linhagem ancestral que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional”, "ou" Grupo tribal, Comunidade Indígena "é"..."(Lei 6001\1973, artigo 3, Secção II)

¹ De acordo com o José Tenório foi observado que alguns cônjuges nessa situação não respeitavam o ritual do Ouricuri o que levou o conselho a tornar mais rígidas a aceitação de Pessoas no grupo indígena.

O assunto de tradições é tão importante, secreto e especial, que apenas os Kariri-Xocó nascidos na aldeia, e que tenham contato com os rituais, Torés e cultura, de uma forma geral desde crianças, são considerados índios “*legítimo Kariri-Xocó*” (como me falava com orgulho o José Rodrigues).

As relações sociais entre índios de diferentes grupos étnicos bem como entre não-índios se fortalecem nas relações de compadrio.

A relação de compadrio entre os Kariri-Xocó reforça e cria laços entre eles, muitas vezes sobrepujando o parentesco consanguíneo. Compadrio, nesse contexto, reforça os laços de parentesco. Algo que chama a atenção é o fato de o compadrio ocorrer entre índios e os não-índios, sobretudo com os que foram “*curados*”. A gratidão se materializa a partir de um de parentesco simbólico entre especialista e paciente. Nesse sentido, criam-se obrigações mútuas que costumam ser bastante respeitadas, constituindo-se numa rede alternativa de parentesco (SILVA, 2003, 12-3).

O topo da hierarquia política dos Kariri-Xocó está dividida entre duas lideranças principais: caciques e pajés. Segundo Silva (2003), essas funções são hereditárias, legitimadas no ritual do Ouricuri, e só os próprios ocupantes podem indicar seus sucessores. As lideranças também mencionaram, em algumas entrevistas, que há “caciques de grupo” e “pajé de grupos” que são outras lideranças que se formam em pequenos grupos dentro da aldeia e realizam rituais religiosos com visitantes – alguns realizados em outros estados do país – que rendem algum tipo de pagamento para esses grupos. Esse parece ser um assunto com conflitos e que não pudemos acessar com muita facilidade, apesar de termos entrevistado alguns desses líderes paralelos. O que percebemos é que há conflitos internos que muitas vezes fazem nascer outras lideranças, mas onde a hierarquia dos líderes continua sendo respeitada e que os rituais que envolvem todos parece harmonizar.

No começo de nossa pesquisa em 2014, a aldeia possuía dois pajés e dois caciques, sendo um pajé e um cacique dos Kariri e um pajé e um cacique dos Xocó. Eram eles: Pajé Júlio e Cacique José Tenório e pajé José Bonifácio e Cacique Cícero de Souza Santiago, respectivamente. No entanto, uma nova negociação na política interna do grupo, no fim de 2015, mudou essa forma de liderança que vinha sendo realizada há décadas. O conselho tribal decidiu que a liderança seria apenas de um Cacique e um Pajé (os mais idosos). Sendo assim, a liderança atual é do pajé Júlio Queiroz Suíra e do cacique Cícero de Souza Santiago.

O ex-Cacique José Tenório (Ceregê Tibiriçá) em sua última entrevista conosco, em janeiro de 2016, relatou que tudo foi feito de forma consensual, sem maiores conflitos e que ele permaneceu no Conselho Tribal - lugar que já vinha ocupando por muito tempo - e que os mais velhos eram agora os líderes da comunidade indígena. As motivações para tais mudanças foram explicadas como a melhor configuração para o momento da aldeia.

No âmbito político-partidário, os Kariri-Xocó já elegeram diversos representantes na Câmara Municipal de Porto Real do Colégio. Atualmente, o índio Uílio de oliveira souza, filho de mãe Kariri-Xocó e de pai Karapotó, detém mandato de vereador no referido município, e atualmente é o presidente da Câmara de vereadores de Porto Real do Colégio.



Figura 13 - Cacique Cícero.

Em fevereiro de 2015, durante a realização deste trabalho, um grupo de cerca de 300 Kariri-Xocó realizaram a retomada da Fazenda Três Amores, localizada a 3 km da atual aldeia. A referida fazenda se encontra dentro do território de mais de 5 mil hectares já reconhecidos como dos Kariri-Xocó. A comunidade toda, com mais de 2.500 pessoas continua, na Fazenda Sementeira com 700 hectares. Segundo a liderança, metade desse território é de mata, logo, mantida preservada pela comunidade, restando apenas outros 350 para as moradias e área de plantio. Ao consultar os líderes principais da tribo, os mesmos parecem não concordar com a retomada, mas apoiam a decisão tomada pelos mais jovens.

Referências:

DUARTE, Abelardo. Tribos, aldeias e missões de índios nas Alagoas Revista do Instituto Histórico de Alagoas, 1969. Maceió, 28.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – 1922 – Dicionário histórico e etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro , v. 1.

MARTINS S. A. C. Gender and reproduction: embodiment among the Kariri-Shoco of Northeast Brazil .A thesis Presented to the University of Manitoba in partial Fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Anthropology Winnipeg, Manitoba, Canada, 2003.

MATA, Vera Lúcia Calheiros. Kariri-Xocó. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kariri-xoko/print>, Acessado em: 03/12/2015.

MATA, Vera Lúcia Calheiros. A Semente da Terra. Rio de Janeiro. 1989, 360 p. Tese (Doutorado em História dos Índios Cariri-Xocó em Porto Real do Colégio) Universidade Federal do Rio de Janeiro .

MATA, Vera Lucia Calheiros. A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado – Maceió : EDUFAL, 2014. 389.:

NASCIMENTO, Marco Tromboni de Souza e RAMOS, Luciana Maria de . Diário Oficial do Estado de Alagoas : Resumo do Relatório Circunstanciado de Reestudo e Delimitação da Terra Indígena Kariri-Xocó . Maceió 05 de fevereiro de 2002.

PAWANÃ CRODI. Entrevista concedida a Ruy Rodrigues Câmara Neto, Porto Real do Colégio, 2016.

PINTO, Estêvão. “*Dados históricos e etnológicos sôbre os Pancararu de Tacaratu: remanescentes indígenas dos sertões de Pernambuco*”. In: *Muxarabis & balcões e outros ensaios*. São Paulo: Editora Nacional, pp. 33-58. 1995.

RODRIGUES, José. Depoimento. Entrevista concedida a Ruy Câmara. Porto Real do Colégio, 2015.

SILVA, Christiano Barros Marinho da. “*Vai-te pra Onde não Canta Galo, Nem Boi Urra...*”: diagnóstico, tratamento e cura entre os Kariri-Xocó (AL). Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

SUÍRA, Júlio Queiroz. Depoimento. Entrevista concedida a Ruy Câmara. Porto Real do Colégio, 2015.

TENÓRIO, José. Depoimento. Entrevista concedida a Ruy Câmara. Porto Real do Colégio, 2015.

TKAYNÃ. Entrevista concedida a Ruy Rodrigues Câmara Neto, Porto Real do Colégio, 2015.

Biblioteca Nacional. Idéia da População da Capitania de Pernambuco e das suas Anexas desde o Anno de 1774 em que Tomou Posse do Governo das Mesmas Capitancias o Governador e Capitão Geral José Cezar de Menezes. In *Annaes vol. 40*, Rio de Janeiro. 1923.